

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SOB A PERSPECTIVA FREIREANA E DOS DIREITOS HUMANOS

Antonio Carlos Stradioto Melo¹, Sidney Mariano dos Santos²

¹*Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Deodápolis/MS, Brasil
(antonio_stradioto@ufms.br)*

²*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados/MS, Brasil*

Resumo: Este estudo analisa criticamente o uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir da pedagogia freireana e dos direitos humanos. A pesquisa investiga como professores da educação básica percebem a inserção da IA no processo pedagógico, evidenciando desafios, receios e potencialidades. Os resultados indicam que, embora a IA possa apoiar o ensino, seu uso exige mediação crítica para evitar desigualdades e promover práticas educativas éticas, dialógicas e emancipadoras.

Palavras-chave: Educação profissional; Direitos humanos; Inteligência artificial; Paulo Freire; Práxis educativa.

INTRODUÇÃO

A presença da tecnologia no cotidiano escolar tem se intensificado nas últimas décadas, sobretudo com o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e, mais recentemente, com a popularização da Inteligência Artificial (IA). O debate sobre o papel dessas ferramentas no processo de ensino-aprendizagem ganha relevância no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que esta modalidade, por sua própria natureza, relaciona-se diretamente às demandas do mundo do trabalho, às transformações sociais e às inovações científicas. Nesse cenário, a IA apresenta-se como recurso capaz de potencializar práticas pedagógicas, mas também como fenômeno que impõe riscos à equidade, à humanização e ao respeito aos direitos humanos na educação.

Ao mesmo tempo em que a IA pode ampliar o acesso à informação, ela pode também reproduzir desigualdades sociais, gerar exclusões e comprometer a autonomia dos sujeitos. Em um país como o Brasil, marcado por desigualdades de acesso às tecnologias e pela heterogeneidade das condições de ensino, torna-se urgente problematizar em que medida o uso da IA pode servir como instrumento de emancipação ou, ao contrário, como mecanismo de opressão. Assim, a reflexão sobre sua utilização na EPT não pode restringir-se a aspectos técnicos, devendo contemplar dimensões éticas, sociais e pedagógicas.

Nesse ponto, o pensamento de Paulo Freire constitui referência fundamental. Sua pedagogia crítica e libertadora coloca a educação como prática de

liberdade, centrada no diálogo, na autonomia e na valorização da experiência dos sujeitos. Para Freire (2014), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para sua produção de forma coletiva e crítica. A partir dessa perspectiva, a IA, quando inserida nos processos educativos, não deve substituir a mediação humana nem reduzir o papel do professor a mero executor de conteúdos pré-programados. Ao contrário, sua incorporação precisa estar orientada por princípios éticos e políticos que assegurem o protagonismo dos educandos, o respeito à diversidade e o compromisso com a justiça social.

Além disso, pensar a relação entre IA e educação implica também dialogar com os direitos humanos. Conforme Candau (2012), a educação em direitos humanos deve articular-se à prática pedagógica como horizonte de transformação social, promovendo a inclusão, a equidade e o reconhecimento das diferenças. Isso significa que qualquer inovação tecnológica introduzida no espaço escolar deve ser avaliada em sua capacidade de fortalecer ou enfraquecer esses princípios. Assim, ao tratar da IA na EPT, torna-se imprescindível considerar se sua utilização contribui para ampliar oportunidades de aprendizagem de forma democrática ou se, ao contrário, aprofunda barreiras já existentes.

O percurso formativo que originou este trabalho em paralelo a uma pesquisa realizada ao longo de 2024/2025, com enfoque na EPT com professores da educação básica, que buscou compreender suas percepções sobre a utilização da IA em práticas pedagógicas. Embora essa investigação tivesse como foco central o campo da formação docente, o presente



trabalho destaca-se por trazer um recorte específico: a análise da IA a partir da perspectiva freireana e dos direitos humanos, buscando compreender suas implicações na EPT. Dessa forma, a esta pesquisa integra a trajetória acadêmica e profissional do pesquisador, articulando teoria e prática como elementos inseparáveis na compreensão da realidade educacional.

A relevância desta reflexão justifica-se pelo fato de que a educação, enquanto direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, deve assegurar a todos os cidadãos igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Nesse sentido, pensar o uso da IA sem considerar os direitos humanos seria negligenciar a dimensão ética que sustenta a própria prática educativa. Por outro lado, trazer à tona essa discussão significa contribuir para a construção de uma EPT mais crítica, humanizadora e socialmente comprometida.

Diante desse contexto, numa perspectiva crítica e em sintonia com os desafios da contemporaneidade educacional, este trabalho se propõe a aprofundar a compreensão sobre o papel da IA no contexto da formação docente. Diante do avanço acelerado das tecnologias digitais, a questão central que se coloca é como assegurar que a inserção da IA nas práticas pedagógicas ocorra em uma direção que valorize a humanização e a autonomia dos sujeitos, em oposição à mera instrumentalização do ensino.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo principal investigar a percepção de professores da educação básica acerca do uso da IA, analisando-a sob uma dupla e interdependente ótica: a perspectiva freireana e a dos direitos humanos.

Buscar-se-á compreender se os docentes percebem a tecnologia como uma ferramenta para a promoção do diálogo e da criticidade, ou se a encaram como um novo formato de uma educação "bancária", onde o aluno é um mero receptor de informações. A perspectiva de Paulo Freire serve, portanto, como uma bússola teórica para aferir se a IA é vista como um instrumento de emancipação ou de reforço de estruturas de poder já estabelecidas.

Ademais, a análise sob a lente dos direitos humanos é crucial para avaliar as implicações éticas da IA na escola. Investigar-se-á se os professores a consideram um vetor de inclusão e democratização do acesso ao conhecimento ou se, ao contrário, percebem os riscos de que ela acentue as desigualdades sociais e o fosso digital, excluindo aqueles que não possuem acesso a recursos tecnológicos. Essa dualidade de potencialidades e desafios será o cerne da análise.

Finalmente, as conclusões obtidas junto aos professores da educação básica serão voltadas para o campo específico da EPT. Tal abordagem se justifica

pela singularidade dessa modalidade de ensino, que se encontra na intersecção entre o saber acadêmico, a formação para o mundo do trabalho e a necessidade de preparar profissionais capazes de atuar de forma crítica e ética em um mercado cada vez mais mediado pela tecnologia. Portanto, este trabalho não se limita a um diagnóstico, mas visa a contribuir para a reflexão pedagógica e para o desenvolvimento de diretrizes que orientem a integração consciente da IA na formação de futuros cidadãos e profissionais.

DESENVOLVIMENTO

A construção deste trabalho está ligada ao percurso acadêmico, profissional e investigativo trilhado ao longo dos últimos anos. A escolha do tema não surgiu de maneira aleatória, mas como resultado de uma trajetória marcada pela atuação na Educação Básica e pela vivência na EPT, espaços nos quais emergem constantemente desafios relacionados ao acesso ao conhecimento, à inclusão social e à integração das tecnologias digitais.

A experiência docente em escolas públicas revelou um cenário de tensões e contradições: de um lado, a necessidade urgente de dialogar com as inovações tecnológicas que transformam rapidamente o mundo do trabalho; de outro, a carência estrutural, pedagógica e social que limita o pleno aproveitamento dessas inovações. Essa realidade reforçou a percepção de que, mais do que nunca, compreender o papel da tecnologia, especialmente da IA, exige um olhar crítico que vá além de aspectos meramente instrumentais.

O percurso formativo contribuiu de maneira significativa para aprofundar essa reflexão. A investigação desenvolvida em 2024 com recorte na EPT em 2025, teve como objetivo compreender como professores da educação básica percebiam a utilização da IA em suas práticas pedagógicas. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem narrativa, baseou-se na escuta dos sujeitos, buscando dar visibilidade às suas experiências, inquietações e expectativas diante da presença crescente da IA na educação.

A partir das experiências com docentes, emergiram narrativas que revelaram tanto possibilidades quanto limites no uso da IA em sala de aula. Muitos docentes manifestaram interesse em explorar ferramentas digitais como suporte ao processo de ensino-aprendizagem, destacando seu potencial para dinamizar conteúdos, ampliar o acesso à informação e personalizar atividades. No entanto, outros expressaram receio quanto à substituição do papel do professor, à falta de clareza sobre os critérios adotados pelos algoritmos e ao risco de intensificação das desigualdades sociais e digitais.

Essas percepções trouxeram à tona a necessidade de ampliar o olhar da pesquisa, articulando o debate sobre



a IA à perspectiva freireana e aos direitos humanos. Nesse sentido, o presente Relatório de Formação não se limita a repetir os achados da pesquisa, mas busca reinterpretá-los a partir de uma nova lente analítica: a que coloca em primeiro plano a centralidade da pedagogia crítica e a defesa da educação como direito humano fundamental.

Ao situar o tema nesse horizonte, torna-se possível compreender que a IA não é apenas um recurso tecnológico, mas um fenômeno social e político que pode tanto contribuir para a democratização do conhecimento quanto reproduzir e ampliar processos de exclusão. A trajetória formativa que sustenta este Relatório, portanto, reafirma o compromisso do pesquisador com uma educação transformadora, que reconhece o potencial da tecnologia, mas que também problematiza suas implicações éticas, sociais e pedagógicas.

O avanço exponencial das tecnologias digitais e, em especial, da IA, tem provocado mudanças profundas nos processos educativos, exigindo dos docentes não apenas adaptação técnica, mas reflexão crítica sobre os impactos dessas ferramentas no desenvolvimento humano e na promoção dos direitos sociais. No contexto da EPT, o desafio se torna ainda mais complexo, uma vez que o ensino deve formar cidadãos e profissionais aptos a atuar de maneira ética, consciente e inovadora em um mercado de trabalho marcado pela transformação digital constante.

A questão central é da necessidade de compreender como os professores percebem e incorporam a IA em suas práticas pedagógicas, considerando a pedagogia crítica freireana e os princípios dos direitos humanos. Observa-se que a integração da IA no ambiente escolar não é neutra: dependendo de quem a utiliza e de como é mediada, pode tanto potencializar a aprendizagem e a autonomia do estudante quanto reproduzir desigualdades e processos de opressão, caso seja implementada de maneira superficial, descontextualizada ou orientada exclusivamente por critérios técnicos e de produtividade.

Além disso, o problema de pesquisa está intimamente relacionado à realidade social brasileira, marcada por profundas desigualdades educacionais, econômicas e tecnológicas. O acesso desigual a dispositivos digitais, a infraestrutura precária e a carência de formação docente voltada ao uso crítico da IA constituem barreiras que podem comprometer a equidade e a inclusão, princípios fundamentais da educação em direitos humanos (Candau, 2012; Benevides, 2018). Tais lacunas demonstram que a simples disponibilização de tecnologias não garante aprendizado de qualidade nem desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida cidadã.

Nesse cenário, torna-se imperativo problematizar o papel da IA na EPT, não apenas como instrumento de

apoio pedagógico, mas como elemento integrante da práxis educativa. A integração da IA deve ser analisada à luz de princípios éticos e de justiça social, avaliando se promove a participação crítica, o protagonismo estudantil e o fortalecimento da autonomia, conforme preconiza Paulo Freire (1996). Dessa forma, a pesquisa procura responder à seguinte questão: como as tecnologias digitais, especialmente a IA, impactam a formação de estudantes da EPT, considerando o desenvolvimento de habilidades técnicas, engajamento acadêmico e princípios dos direitos humanos?

A relevância social desta investigação reside em sua capacidade de oferecer subsídios para a tomada de decisão de gestores, coordenadores e docentes, promovendo práticas educativas mais inclusivas, reflexivas e emancipadoras. Ao identificar estratégias pedagógicas eficazes e riscos potenciais da IA, o estudo contribui para a formulação de políticas e diretrizes que favoreçam a equidade e a qualidade na EPT. Além disso, enfatiza-se que a pesquisa não visa apenas a avaliação de ferramentas tecnológicas, mas a compreensão de como a tecnologia pode ser integrada de maneira ética e crítica, alinhada à formação cidadã e à promoção de direitos humanos universais (Tosi, 2020; Vieira; Hildebrandt, 2021).

Dessa perspectiva, a investigação busca articular três dimensões: a prática docente cotidiana, o uso da IA como recurso pedagógico e os princípios de uma educação voltada para os direitos humanos. Essa abordagem possibilita a construção de um olhar mais crítico sobre a tecnologia, reconhecendo suas potencialidades e riscos, e evidencia a necessidade de formação continuada que prepare os professores para mediar seu uso de maneira ética, reflexiva e emancipadora.

Ao problematizar essa questão, o presente trabalho se insere no debate mais amplo sobre a função social da EPT e o papel da educação como direito humano, contribuindo para a reflexão sobre a mediação tecnológica na construção de experiências de aprendizagem transformadoras e inclusivas. Assim, o problema de pesquisa não se limita a um desafio técnico, mas reflete uma questão ética, pedagógica e social, central para a consolidação de práticas educativas que respeitem e promovam os direitos humanos.

A fundamentação teórica deste estudo articula três eixos centrais: a perspectiva freireana sobre educação crítica, os direitos humanos como referência ética e social, e a IA como ferramenta e objeto de mediação pedagógica. Essa articulação permite compreender a complexidade da integração tecnológica na EPT, considerando não apenas o impacto instrumental da IA, mas suas implicações sociais, pedagógicas e éticas.



Paulo Freire (1996) concebe a educação como prática de liberdade, enfatizando a necessidade de uma pedagogia que promova a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa dos sujeitos no processo de aprendizagem. Para Freire, a educação não pode se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve transformar a realidade social, preparando o estudante para interagir criticamente com seu entorno. Nesse sentido, a IA deve ser compreendida não apenas como recurso tecnológico, mas como elemento que, quando mediado criticamente, pode potencializar a aprendizagem significativa e a construção de competências cidadãs.

Freire (1996) alerta, entretanto, que qualquer ferramenta educacional, incluindo a IA, pode se tornar instrumento de opressão se utilizada de maneira acrítica, sem considerar o contexto social e as necessidades dos estudantes. Portanto, a mediação docente é fundamental para que a IA contribua para o protagonismo estudantil, o engajamento crítico e a emancipação dos sujeitos, alinhando-se a uma pedagogia humanizadora.

A educação como direito humano universal constitui um referencial imprescindível para avaliar a integração da IA na EPT. Candau (2012) destaca que uma educação comprometida com os direitos humanos deve promover justiça social, equidade, valorização da diversidade e participação crítica. Benevides (2018) reforça que, em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas, a tecnologia educacional deve ser mediada de modo a não reproduzir exclusões, garantindo acesso equitativo a todos os estudantes.

Nesse contexto, o uso da IA deve ser analisado sob a perspectiva de sua contribuição para a inclusão, o respeito à diversidade e o fortalecimento da cidadania. A abordagem crítica e ética na utilização dessas ferramentas possibilita que a tecnologia não seja apenas uma forma de otimizar processos, mas um meio de concretizar o direito à educação e promover experiências de aprendizagem emancipadoras (Tosi, 2020).

A IA tem potencial transformador, análise de desempenho estudantil e adaptação de conteúdos às necessidades individuais. Floridi (2019) aponta que a IA pode ampliar a capacidade de análise e suporte ao processo educacional, desde que seja aplicada de forma transparente, ética e contextualizada. Vieira e Hildebrandt (2021) alertam, porém, para os riscos da automação pedagógica sem reflexão crítica, que pode gerar exclusão digital e reduzir a autonomia docente.

No âmbito da EPT, Anwar et al. (2024) evidenciam que fatores como infraestrutura adequada, suporte institucional e formação docente são determinantes para o sucesso do uso de tecnologias digitais e IA. O engajamento efetivo dos estudantes depende não

apenas da disponibilidade de ferramentas, mas da mediação pedagógica que articula objetivos educacionais, habilidades técnicas e valores éticos.

Moran (2015) defende que metodologias ativas colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, estimulando participação, colaboração e construção do conhecimento. A IA, quando integrada a essas metodologias, pode potencializar experiências de aprendizagem investigativa e colaborativa, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas do próprio processo educacional.

Perrenoud (2000) destaca que o docente contemporâneo precisa desenvolver competências amplas, incluindo o domínio tecnológico e a capacidade de promover aprendizagem significativa. Nesse sentido, a formação docente deve contemplar não apenas o uso técnico da IA, mas sua inserção crítica, ética e contextualizada, garantindo que o recurso tecnológico seja instrumento de emancipação e não de opressão.

A articulação entre Paulo Freire, os direitos humanos e a IA evidencia que a integração tecnológica na EPT deve transcender a funcionalidade dos recursos digitais. A mediação crítica do docente, aliada a metodologias ativas e à atenção às desigualdades socioeducacionais, é essencial para que a IA contribua para a educação emancipatória. Essa base teórica sustenta a análise da pesquisa, orientando a investigação sobre percepções docentes, práticas pedagógicas e impactos da tecnologia na formação de estudantes.

A EPT no Brasil caracteriza-se por sua função estratégica de formar profissionais capacitados para atender às demandas de um mercado de trabalho em constante transformação, especialmente em contextos marcados pela inovação tecnológica e pela economia digital. A pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de adaptação rápida às plataformas digitais, acelerando a adoção de ferramentas de Educação a Distância (EAD) e impulsionando discussões sobre a integração da IA nos processos pedagógicos (Bezerra, 2023; Anwar et al., 2024).

Entretanto, a simples implementação de tecnologias digitais não garante a efetividade do ensino. Observa-se que muitas instituições enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e ao engajamento dos estudantes. A desigualdade de acesso a recursos tecnológicos entre estudantes, conhecida como exclusão digital, emerge como um obstáculo crítico à equidade educacional e ao cumprimento dos princípios dos direitos humanos na EPT (Candau, 2012; Benevides, 2018).

A IA apresenta potencial significativo para personalização da aprendizagem, monitoramento do desempenho estudantil e otimização de conteúdos,



porém seu uso inadequado pode reforçar desigualdades e gerar práticas pedagógicas opressoras. Vieira e Hildebrandt (2021) enfatizam que algoritmos e plataformas digitais podem operar com critérios opacos e descontextualizados, ignorando a diversidade e a singularidade dos estudantes.

A análise da realidade da EPT revela que docentes enfrentam dilemas éticos e práticos: por um lado, reconhecem a IA como instrumento capaz de ampliar a aprendizagem e fomentar habilidades técnicas; por outro, alertam para riscos de substituição da mediação humana e redução da autonomia pedagógica. Essa dualidade reflete a necessidade de formação crítica docente, capaz de orientar o uso da tecnologia de modo que contribua para a emancipação dos estudantes, conforme preconiza Paulo Freire (1996).

A literatura evidencia que metodologias centradas no estudante, integradas à IA, têm potencial para aumentar o engajamento e promover aprendizagem ativa (Moran, 2015; Perrenoud, 2000). No entanto, para que esses efeitos se concretizem, é imprescindível que o ambiente de aprendizagem seja inclusivo, ético e contextualizado. Isso inclui garantir acesso equitativo à tecnologia, capacitação docente contínua e estratégias pedagógicas que valorizem o protagonismo estudantil.

Observa-se que a EPT ainda apresenta lacunas significativas nesse sentido. Muitos cursos concentram-se na dimensão técnica do aprendizado, sem articular a formação cidadã e crítica, comprometendo a função social da educação. Saviani (2008) ressalta que a escola deve ser espaço de construção democrática e cidadã, e essa perspectiva precisa permear a integração tecnológica.

A prática docente emerge como fator decisivo na efetividade da integração da IA. O docente não deve ser apenas operador de ferramentas digitais, mas mediador crítico que interpreta dados, contextualiza informações e estimula reflexão ética e social. Freire (1996) reforça que a educação emancipatória depende da atuação do educador como agente de libertação. Assim, a IA pode servir como aliada da pedagogia crítica, mas também pode reproduzir mecanismos de opressão se utilizada sem análise crítica ou foco na equidade.

A realidade observada em instituições de EPT demonstra que docentes conscientes desses desafios buscam equilibrar o uso de IA com estratégias de participação ativa, discussões coletivas e avaliação formativa, promovendo uma aprendizagem mais inclusiva e significativa. Essa prática reflete a articulação entre inovação tecnológica e princípios de direitos humanos, evidenciando o papel da educação como espaço de construção de cidadania crítica.

A desigualdade de acesso foi amplamente citada como limitação. Estudantes sem dispositivos adequados ou conectividade enfrentam barreiras significativas, o que compromete os princípios de equidade e justiça social previstos pelos direitos humanos (Candau, 2012; Benevides, 2018).

Além disso, a ética algorítmica emergiu como tema central: docentes relataram preocupações sobre decisões automatizadas baseadas em IA que podem desconsiderar contextos individuais, reforçando padrões de exclusão. Vieira e Hildebrandt (2021) alertam para os riscos de automatização sem reflexão crítica sobre impactos sociais, reforçando a necessidade de uma abordagem pedagógica consciente e inclusiva.

O estudo evidencia que a integração da IA na EPT depende fortemente da mediação docente crítica, do planejamento pedagógico centrado no estudante e da atenção à equidade de acesso. As tecnologias digitais, quando utilizadas com consciência ética e orientação freireana, oferecem oportunidades significativas para humanização, protagonismo e desenvolvimento de habilidades técnicas. No entanto, barreiras estruturais, lacunas de formação docente e riscos éticos podem limitar seus impactos e reproduzir desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou, de forma inequívoca, que a integração da IA e de plataformas de EAD na EPT não é um processo neutro. Em sua essência, o potencial transformador dessas ferramentas é monumental, mas sua eficácia e sua capacidade de gerar impacto positivo dependem intrinsecamente de uma articulação consciente e estratégica entre a tecnologia, a pedagogia crítica e os princípios dos direitos humanos. Longe de ser uma panaceia para os desafios educacionais, a tecnologia digital na EPT se configura como um terreno dialético, com possibilidades de avanço e riscos de retrocesso.

O uso estratégico dessas ferramentas, como aponta a investigação, pode atuar como um catalisador para a inovação pedagógica. Em um cenário ideal, a IA e as plataformas EAD têm o poder de promover o protagonismo e a autonomia estudantil. Ao oferecerem percursos de aprendizagem personalizados, adaptados aos ritmos e aos estilos cognitivos de cada indivíduo, elas permitem que o estudante se torne o arquiteto de sua própria jornada formativa. Essa personalização, por sua vez, fortalece o engajamento e a aprendizagem significativa, uma vez que os conteúdos se conectam de forma mais direta e relevante à realidade e aos interesses do aluno. A tecnologia, nesse contexto, também se apresenta como uma ferramenta promissora para favorecer a inclusão, ao mitigar barreiras geográficas, físicas e sociais. Ao permitir o acesso ao conhecimento a partir



de qualquer local, a educação digital pode, teoricamente, democratizar oportunidades, desde que as desigualdades estruturais de acesso a dispositivos e à internet sejam devidamente endereçadas por políticas públicas efetivas.

No entanto, o estudo adverte para a face menos visível e mais arriscada dessa integração. A IA, se utilizada de forma acrítica e desprovida de uma intencionalidade pedagógica humanizadora, pode inadvertidamente tornar-se uma ferramenta de opressão. O risco de algoritmos reforçarem vieses já existentes na sociedade, de se tornarem mecanismos de vigilância ou de padronizarem o pensamento crítico é real. Sem a mediação docente adequada, a tecnologia pode se transformar em um fim em si mesma, em vez de ser um meio para a emancipação dos estudantes. A ausência de reflexão crítica sobre a IA e suas implicações éticas e sociais, conforme a perspectiva de Paulo Freire, anula seu potencial de promover a conscientização e o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o mundo. O processo pedagógico, nesse sentido, se esvazia de seu conteúdo humanizador, reduzindo a formação a um mero treinamento técnico-instrumental.

Em linhas gerais, a pesquisa enfatiza a centralidade de um planejamento pedagógico robusto que contemple a equidade, a diversidade e a emancipação dos estudantes como pilares inegociáveis. A capacitação docente, portanto, não pode ser reduzida a um treinamento técnico-operacional. Ela deve ser um processo contínuo de (auto)formação crítica, que prepare os professores para atuar como mediadores e facilitadores de um diálogo consciente com a tecnologia. A investigação contribui de forma significativa para o entendimento da integração das tecnologias digitais na EPT, apontando para a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas garantam o acesso, mas que também invistam na formação de professores e na criação de práticas pedagógicas inovadoras. Tais práticas devem consolidar a IA como uma ferramenta de humanização e não de exclusão. A tecnologia, quando utilizada com propósito e consciência, pode ser uma poderosa aliada para construir um futuro educacional mais justo e equitativo. Estudos futuros poderiam aprofundar essa análise, explorando os impactos longitudinais da IA no engajamento estudantil e investigando de que forma o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e do pensamento crítico se relaciona com a integração contínua de ferramentas digitais em diferentes contextos formativos.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam sincero agradecimento à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Matemática –

Mestrado Profissional, pelo suporte acadêmico e formativo que possibilitou o desenvolvimento das reflexões apresentadas neste trabalho. Agradecem também à UNIFAHE – Centro Universitário, pela formação proporcionada no curso de Licenciatura em História, que contribuiu para o fortalecimento do olhar crítico e interdisciplinar que permeia este estudo.

REFERÊNCIAS

- ANWAR, A.; et al. Educação. [S.I.]. 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7808>.
- BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BENEVIDES, R. Relato de Experiencia. [S.I.]. 2018.
- BITTENCOURT, M. I. M. Inovação pedagógica: desafios e possibilidades para a educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, p. 395–417, 2017.
- CANDAU, V. Educação e direitos humanos: uma abordagem crítica. São Paulo: Cortez, 2012.
- FLORIDI, L. O que eu faço com a IA?. [postagem]. 2019.
- FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.
- MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora: um guia para professores. São Paulo: Pioneira, 2015.
- PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.
- TOSI, P. Fórum Reddi. 2020.
- VIEIRA, K.; HILDEBRANDT, M. Algorithmic Governance and Educational Automation. Journal of Educational Technology, v. 17, n. 3, p. 45–62, 2021.